



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA Nº3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 26 de Junho de 2015

No dia vinte e seis de junho do ano de dois mil e quinze, pelas nove horas, no Pavilhão Multiusos, na sala do 2º andar, sito à avenida D. Nuno Álvares Pereira, em Montalegre, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata nº2 da sessão ordinária do dia 30 de abril, do ano 2015;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2 – 2ª Revisão aos documentos previsionais – ano financeiro 2015;

4.3 – Relatório e Contas Consolidadas ano 2014;

4.4– Proposta de atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Cambezes do Rio, Donões e Mourilhe, destinado a compartilhar encargos com a reconstrução de uma casa mortuária no lugar de Mourilhe;

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e seis membros.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Maria Clotilde Gomes, Ana Maria Martins e Márcio Azevedo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David José Varela Teixeira, estiveram presentes os Senhores Vereadores António Gonçalves Araújo, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz, José Duarte Crespo Gonçalves e Elsa Maria de Moura Minhava.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata nº 2 da sessão ordinária do dia 30 de abril, do ano 2015;

A ata da sessão ordinária do dia 30 de abril, do ano 2015 foi posta à consideração, tendo os deputados Acácio Gonçalves e Nuno Pereira feito alguns reparos.

O deputado Acácio Gonçalves disse que na página 5 da ata nº2 da sessão ordinária do dia 30 de abril consta que “para produzir batata é preciso ultrapassar a Espanha e a França e a título de exemplo a Espanha consome 20% da batata que produz ... e 80% é comida pela França” e esta frase não tem sentido nenhum. O que disse foi que a Espanha consome 20% da batata que produz e 80% é importada de França, o que quer dizer que 80% da batata que se produz em Espanha vem para Portugal e outros países.

O deputado Nuno Pereira disse que na página 6 da referida ata, o transcrito em relação ao Larouco, exprime a sua intenção. O que o que ele referiu foi o denunciar de uma certa incongruência entre aqueles que numa altura lutaram para que o Larouco mantivesse a sua sacralidade e agora pedem estradas de acesso. Era o denunciar da contradição entre um discurso recente e o discurso atual.

Posta a votação a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções das deputadas Maria Clotilde Gomes e Carla Rodrigues.

2 – Expediente para conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido, designadamente a resolução do Congresso Nacional de Municípios que está disponível no site da ANMP para consulta.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreeveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, João Soares, Nuno Pereira, Domingos Vasconcelos, Maria de Fátima Crespo, Pedro Barroso e Ana Isabel Dias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves deixou reconhecimento público pela reposição do fuste do pelourinho na Vila de Montalegre. É um mérito do Dr. João Soares Tavares. Falou do prédio mãe do edifício do Cerrado pois está em derrocada eminente para umas escadas públicas. A Câmara deveria chamar o proprietário já que está à venda, para pôr, ao menos, o telhado.

Apresentou à Mesa a seguinte proposta de voto de pesar público pela morte do Prof. Dr. João Domingos Gomes Sanches: "Proposta de voto de pesar: Acácio Gonçalves, propôs um voto de pesar público nesta Assembleia Municipal pela morte do nosso ilustre conterrâneo prof. Dr. João Domingos Gomes Sanches, natural de Meixide que nos deixou dia 3 de maio.

A nossa região de Barroso perdeu um dos seus filhos prediletos, um dos vultos mais promissor, social e culturalmente, comprometido com as suas ideias mas sempre respeitando as dos outros com boas relações, tolerância e compreensão; sempre pronto a afrontar intelectualmente fosse quem fosse que o ofendesse nos seus ideais; acérrimo defensor na praça pública dos mais oprimidos; amigo do amigo, nem que para isso fossem necessárias umas "estadulhadas"; um verdadeiro crente e amante do Barroso, defendendo publicamente que Montalegre deveria ser cidade mas com universidade.

As suas obras literárias como escritor falam por si, um verdadeiro reliquiário de saber ancestral de todos os Barrosões em que os mais novos terão na sua aprendizagem o saber dos usos e costumes da nossa terra com histórias e dizeres de encantar.

Que descanses em paz eternamente. Assinado, o deputado municipal, Acácio Gonçalves".

O deputado João Soares disse que não podiam estar mais de acordo com a proposta de voto de pesar apresentada pelo deputado Acácio Gonçalves. Quem contribui para engrandecer o concelho merece todo o reconhecimento. Tudo o que se possa dizer é pouco e a obra fala por si.

Ainda há dias faleceu também um homem que deu um grande contributo à cultura do concelho, o funcionário da Câmara Municipal de Montalegre, Carlos Mota. Dignificou o seu trabalho como encarregado geral da autarquia, a função pública, a dedicação ao futebol sem nunca haver uma voz discordante. O número de pessoas no funeral o demonstra. Um exemplo de trabalho.

Posta a votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

O deputado Nuno Pereira denunciou a boa articulação entre a Câmara Municipal de Montalegre e Junta de Freguesia da Vila da Ponte, pois há trabalhos a decorrer e sempre bem discutidos. Nota de louvor ao executivo.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que decidiu relembrar as questões levantadas na última assembleia, da limpeza, higiene e segurança das estradas.

Disse que o Senhor Presidente da Câmara disse na última assembleia que a vegetação cresce porque há pouca gente para a pisar. Mas, precisamente por isso, é que se exigem mais cuidados, recursos e atenção. O Presidente da Câmara é eleito para proporcionar qualidade de vida aos munícipes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Perguntou se o quartel da GNR da Venda Nova vai ser retirado dessa freguesia ou não. Relembrou que já foram gastos 43 mil euros em projetos e pergunta qual o fim que vão dar ao edifício e as contrapartidas que vão dar à Venda Nova.

Alertou o Presidente da Assembleia Municipal para ser mais moderado e tolerante quando os deputados querem intervir. Já são poucos e mesmo assim o Presidente da Assembleia não os deixa falar.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores deputados: “Na qualidade de membro do Conselho da Comunidade do ACES ATB fui convocada para uma reunião no dia 1 de Junho para apresentação e aprovação do relatório de atividades de 2014, apresentação e aprovação do plano de desempenho de 2015 bem como outros assuntos.

No que diz respeito ao plano de desempenho e com o objetivo de prevenir as doenças, foi focada a importância de: comunicar às autarquias todos programas que forem desenvolvendo, no sentido de comunicar às pessoas e em particular aos jovens, a necessidade de passarem pelos centros de saúde; prática de exercício físico (com a colaboração das autarquias); o Sr. Presidente do ACES referiu mais uma vez a necessidade e a importância da criação da Unidade Local de Saúde e a falta de vontade do Ministério na solução deste problema.

No dia 23 de junho foram apresentados os resultados do ACES ATB.

Feitos os agradecimentos às Câmaras Municipais e às várias instituições pelo apoio dado ao ACES ATB e analisados os vários indicadores no que à saúde diz respeito, constatou-se: a preocupação de racionalizar custos; a diminuição de funcionários; a falta de médicos, nomeadamente em Boticas; a existência de apenas duas nutricionistas em todo o ACES; necessidades técnicas; a necessidade de elaboração de programas transversais aos vários problemas de saúde. A esse respeito foi elogiada e dada como exemplo a Câmara de Montalegre pelas várias caminhadas que tem proporcionado aos cidadãos e que muito contribuem para a promoção da saúde.

No Notícias de Barroso de 30/05/2015 fui alvo de críticas por parte do Dr. Manuel Ramos, a propósito de um artigo da sua autoria que revela claramente a frustração e a azia que ele sente e que aliás tem manifestado quer como deputado da Assembleia no anterior mandato, quer fora da Assembleia, relativamente aos eventos levados a cabo por este município.

Criticado que foi por vários elementos da Assembleia, nomeadamente por aqueles que, sendo da oposição, ficaram incomodados com tanto disparate e tendo eu prescindido da palavra por já tudo ter sido dito, é caso para dizer que “a merenda não é para quem se talha mas para quem calha” e assim foi efetivamente...

Mas não é ao Sr. Manuel Ramos que me quero dirigir já que aquilo que escreve e a forma como escreve, me causa repugnância. Quero é lembrar ao mensageiro que lhe satisfizes a curiosidade que tem memória curta. O dito mensageiro deveria ter sido mais correto, ou seja, em vez de lhe mandar a ata digitalizada que efetivamente põe na minha boca palavras que eu não referi (e aqui tenho que apelar ao rigor de quem elabora as atas) reproduzir-lhe fielmente aquilo que foram as minhas palavras a seu respeito e que constam na gravação da referida assembleia.

De facto, tinha mais para dizer, mas como já tudo tinha sido dito, prescindi da palavra e disse apenas e passo a transcrever “o artigo do Sr. Manuel ramos é uma devassa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

daquilo que se passa em Montalegre e eu acho que merecia justiça de Fafe. Isso não se faz! É do mais baixo que se possa imaginar!" Ora, para bom entendedor meia palavra basta. Tenho a certeza que toda a gente sabe o significado desta expressão e se a alguns ainda não foi aplicada foi pena. Montalegre, 26 de junho de 2015. Assinado, a deputada municipal Maria de Fátima Silva Crespo."

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas.

Em primeiro lugar queria que o Sr. Presidente me respondesse à pergunta que lhe formulei, por duas vezes, na última Assembleia Municipal mas que ele ignorou: É verdade que o Município vai contrair um empréstimo de 5 milhões de euros para fazer a estrada para Chaves por Vilar de Perdizes? E nem sequer vai passar na ponte da Assureira! Então não disse numa entrevista que o projeto total, para fazer a estrada também do lado de Chaves e a passar na referida ponte, custava 7 milhões de euros? E não foi propagandeado que havia dinheiro em caixa para fazer a estrada? Dou como exemplo a publicação no sítio do município em 24/02/2012, intitulada "Contas em ordem junta prestígio ao prestígio da terra" em que se escreve que "Um dos assuntos mais aflorados na última assembleia municipal foi a exemplar saúde financeira da Câmara Municipal de Montalegre. (...) por exemplo, há já no "mealheiro" quatro milhões para uma nova ligação a Chaves (15 Km divididos entre um troço novo e um já existente) de forma a aproximar o município à A24." Então para onde foram estes milhões? Voaram todos com as bruxas ou com as eleições? Se não era verdade porque esta e outras notícias? Outro exemplo: dia 27/12/2011, em que se diz em entrevista ao Ex-Presidente, "Dívida a zero e dinheiro em caixa". Ainda na última Assembleia se acusavam deputados e outras pessoas de andarem a divulgar notícias falsas, mas afinal parece que é ao município e ao seu gabinete de imprensa (ou será de propaganda?) que se deve exigir mais rigor e contenção neste domínio.

Já se falou aqui do perigo público em que se encontra a Casa do Cerrado, mas também quero pedir a atenção da Câmara para o Loteamento do Cerrado e Talho Barbudo, mesmo perto do centro da vila, e que mais parece uma floresta e pode constituir perigo se houver um incêndio no local. Acho que os proprietários deviam ser avisados para limparem os seus lotes.

Na sequência do que disse a colega deputada Fátima Crespo, de que os Municípios deviam incentivar a prática desportiva queria dar como bom exemplo, o ginásio e o pavilhão desportivo de Montalegre. É um dos bons serviços do município e até teve um merecido reforço de pessoal. No entanto, considero que não tem um horário totalmente adequado no Verão, por encerrar cedo. Penso que, nesta época do ano, podia estender-se o horário em, pelo menos uma hora, porque há muitos agricultores e outras pessoas com profissões liberais que agora trabalham até às 21 horas ou mais, e assim, com o horário atual, não podem usufruir deste equipamento. Assinado, o deputado Pedro Barroso".

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, Ilustres Membros do Executivo Municipal, Senhores Vereadores, caríssimos colegas desta Assembleia Municipal e demais presentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Pedi a palavra neste momento dos trabalhos desta Assembleia Municipal para me referir a alguns assuntos que me parecem merecedores da nossa atenção, quer pelo que significam para o nosso concelho, quer para refletirmos em conjunto acerca do rumo e reconhecimento que lhe queremos dar.

Mas antes de vos falar sobre esse estudo, permitam-me que vos dirija algumas palavras para dar conta da minha perspetiva acerca de alguns temas que aqui são trazidos e sobre os quais, por vezes, se fala demasiado tempo e, tantas vezes, com pouco conteúdo.

Digo isto porque, apesar de alguns jornais locais e gente com responsabilidade cívica e política nem sempre cumprir honradamente o seu papel de defesa e promoção da nossa terra, há quem a valorize e quem a promova com excelência. E disso todos nos devemos orgulhar, sem olhar a partidários ou questões pessoais que, por ventura, estejam mal resolvidas.

Refiro-me, naturalmente, ao reconhecimento público e nacional plasmado num estudo que vem bem divulgado nos jornais nacionais e difundido nas redes sociais. Esse estudo dá-nos conta de uma análise que coloca Montalegre numa posição de excelência no distrito e de grande relevância no país. Porventura, nem todos verão os resultados deste estudo com os mesmos olhos, os olhos da seriedade e da valorização do trabalho desenvolvido pelos nossos autarcas. Ou, por outro lado, se calhar até verão, e até estarão orgulhosos dos resultados conseguidos por Montalegre, mas compreendo a timidez no seu reconhecimento.

Mas falemos do que é positivo!

Trago, então, aqui um estudo difundido por alguma imprensa local e nacional (a local, reitero, apenas alguma...porventura esta notícia não terá importância suficiente para que os seus editores a incluam nas suas páginas) e também divulgado no site da Câmara Municipal.

Neste estudo foram medidos os valores das marcas dos 308 municípios portugueses como valor e perspetiva de futuro.

O ranking foi elaborado através do cruzamento de vários dados estatísticos, tais como: desemprego; hospitais; salário médio; taxa de criminalidade; dormidas turísticas; site da autarquia (onde se deu importância à sua presença nas redes sociais e foi tido em conta o que comunica e o número de pessoas a que chega).

Do cruzamento destes critérios, são encontrados valores nos seguintes parâmetros: do investimento para apurar os negócios, nas visitas para apurar o turismo e no talento para apurar o viver.

Das conclusões deste estudo e da análise destes critérios, falemos dos resultados obtidos por Montalegre: é o primeiro do Alto Tâmega depois de Chaves; é o primeiro do distrito de Vila Real depois de Vila Real, Chaves e Régua estando, portanto em 4º lugar na avaliação dos parâmetros já referidos, estando apenas à sua frente a sede de distrito e as cidades de Chaves e Régua. Refira-se ainda que se encontra à frente de vizinhos do Minho, nomeadamente de Cabeceiras de Basto e Terras de Bouro e tantos outros (desta vez, não trouxe cópia destes resultados de que vos falo porque podem facilmente ser consultados nos meios já mencionados).

Permitam-me ainda que partilhe convosco, de entre outros aspetos abordados nesse artigo, em particular o que se refere ao Fundo de Resgate das Autarquias uma vez que, um em cada dez municípios está, ou estiveram, em rutura financeira. Isto é, não têm dinheiro para encargos correntes, nomeadamente para pagar salários.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ora, como já tive oportunidade noutras alturas de aqui partilhar convosco, o nosso município está fora hoje, como sempre esteve, desse resgate e dessas notícias!

Mas também os jornais locais e demais folhetos informativos que hão por aí, nada falam! Entristece-me sentir que, quando não é para dizer mal, então não dizem...

Mas o que realmente é digno de nota é que a nossa Câmara não está e nunca esteve nesse lote e, mais, está mesmo entre os melhores e no topo do ranking dos municípios com melhor eficiência financeira.

E, à semelhança do que estamos habituados, este pedaço de reino maravilhoso, exemplarmente pensado e responsabilmente gerido, ontem, como hoje, tem dinheiro para honrar os compromissos assumidos no passado, no presente e projetar o concelho no futuro.

Estes factos devem encher-nos de orgulho porque temos todo esse reconhecimento exterior, das instituições e, acima de tudo, dos Barrosões. Assinado, a deputada municipal, Ana Isabel Dias."

O deputado Alberto Martins apresentou a seguinte proposta de voto de pesar público pela morte de Carlos Fernandes Pereira da Mota: "Voto de pesar: faleceu, no passado dia 15 de junho, em Salto, Carlos Mota, com 60 anos, encarregado geral da Brigada Municipal do pessoal do Baixo Barroso.

Era o Presidente da Associação Cultural "15 de Agosto", organizadora das Festas do S. Sebastião e da Senhora do Pranto, em Salto, às quais ele se dedicava com toda a sua energia.

Era membro da Direção e fundador da Associação Borda d'Água.

Ajudou a fundar os Bombeiros de Salto e o Grupo Desportivo local.

O Carlos tinha orgulho na sua freguesia e lutou sempre pelo seu bem.

Dedicou-se com lealdade ao cargo que desempenhava como funcionário exemplar da autarquia, que exerceu durante 38 anos.

Por estes motivos e porque a sua morte foi uma perda importante para a freguesia e para o concelho, solicito, aos senhores membros desta Assembleia Municipal, um voto de pesar, por Carlos de Jesus Pereira da Mota. O deputado da Assembleia, Alberto Martins Fernandes."

Não houve intervenções.

Posto à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara felicitou a intervenção da deputada Ana Isabel Dias. Sobre a imprensa local, referiu que já sugeriu que os três jornais locais de Montalegre se fundissem e publicassem artigos de opinião. São todos demasiado politizados e enquanto se nega ver o que de bem se faz, dá-se um mau exemplo às gerações vindouras. As pessoas esquecem-se de que os jornais levam muita informação para os nossos emigrantes e é a imagem da nossa terra que está em causa. A política é muito mais do que uns a dizer mal do que está bem e o seu contrário.

Em relação aos estudos publicados por empresas credenciadas em estudos de mercado, disse que todos os políticos gostam de ver referências elogiosas mas também não é isso que nos vai salvar. O facto de, nos parâmetros que foram referidos pela deputada Ana Isabel, no Alto Tâmega sermos os segundos a seguir a Chaves e no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

distrito de Vila Real em quarto a seguir a Vila Real, sede de distrito, a Chaves e depois à Régua, por 11 pontos, é muito bom.

Disse ainda para aqueles que enchem o peito a comparar-nos com aqueles municípios que estão no ranking nacional nos últimos lugares da classificação referida e que são municípios referência de muitos que aqui estão dentro, esta posição nos deixa mais vaidosos e satisfeitos.

Agradeceu as palavras simpáticas dos deputados Acácio Gonçalves e do deputado Nuno Pereira.

Sobre a Casa do Cerrado, disse que é um assunto que preocupa a autarquia mas há muitas outras no centro histórico da Vila. Vamos estando atentos e vamos ver quando é que se terá que intervir.

Solidariza-se com o voto de pesar pelo Dr. João Sanches pois tratou-se de um agente sempre interessado que deixa muita obra. A morte do Dr. Sanches e do Carlos Mota são perdas irreparáveis porque foram pessoas muito válidas e o sentimento de perda é muito maior.

Disse que todas as juntas de freguesia devem estar satisfeitas pelo esforço de bom relacionamento, mas todos nós temos que nos habituar a andar em estradas com buracos, com bermas sujas e passeios com ervas. Gastar 150 mil euros em limpeza é muito dinheiro. Mas realçou que a limpeza mais profunda irá ser feita em julho, de forma estratégica.

Disse que é ilegal que a Câmara transfira dinheiro para as juntas para que estas se encarreguem das limpezas, pois trata-se das suas próprias competências e que como tal não podem ser subsidiadas. Pena que o Governo atribua competências sem que cuide dos necessários recursos.

Quanto ao quartel da GNR da Venda Nova, disse que há mais de três anos que não existe. É verdade que a Câmara fez um projeto e pô-lo à disposição da GNR.

Fez a visita à freguesia e do que tomou nota foi reeditar o Festival de Folclore, limpar a EN103 antiga, do Crasto ao Castelo, e fazer o saneamento em Ormeche, cujo projeto já está em andamento e a obra arrancará em 2016. Prometeu e é para cumprir. Prometeu fazer a limpeza de uma estrada lindíssima, que está escondida e por assim estar, está toda suja. Refere-se à estrada antiga na EN103 entre o Castelo até Crasto, onde a Câmara já interveio gastando-se mais de 4 mil euros e se por lá passarem devem ver a pouca vergonha que ali está, sendo uma entulheira. Aquele espaço está sob a tutela do Conselho Diretivo de Baldios e estes poderiam muito bem incentivar os jovens da terra para a manutenção e limpeza.

Quanto ao Castro junto ao Nevada disse que não tem conhecimento de nada. O que sabe é que há uma divergência entre dois moradores. Nunca foi sítio de passagem. Ali deverá ser feito um muro para proteger o deslizamento de terras, mas alcatroar aquilo, nem pensar. O que há é a erosão daquela terra que é saibro e com a chuva inunda um pátio que confronta com o café S. José. Assim, mandou-se fazer um muro de forma a proteger aquelas terras.

Sobre o quartel da GNR da Venda Nova e as questões de desonestidade intelectual que andam em torno deste assunto disse que lamenta que tudo isto esteja a acontecer. Trata-se de uma proposta do Comandante Distrital da GNR que lhe disse, muito claramente ao telefone, na sequência da vinda do Senhor Primeiro Ministro a Montalegre, que o Comando Nacional vê com bons olhos o posicionamento dos militares da GNR em Salto desde que a Câmara comunique, por escrito, que a tal não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

se opõe. Assim foi feito. Ao Senhor Primeiro Ministro foram colocadas três questões: a Quinta da Veiga que está bem encaminhada para uma solução final, a nosso contento; a estrada Montalegre/ limites do concelho por Meixide/Chaves e o quartel da GNR da Venda Nova.

O assunto estrada morre por não haver no “Portugal 2020” hipótese alguma de enquadramento. O quartel da GNR teve o desenvolvimento que atrás se refere e que resulta ou foi despoletado pelo Senhor Comandante Distrital de Vila Real. Para ele, o que realmente interessa é haver presença contínua da GNR no Baixo Barroso, independentemente de ser na Venda Nova, Salto, Ferral ou qualquer outro local.

Disse ainda estar de consciência tranquila em relação a este assunto e agora que a população e a Junta de Freguesia da Venda Nova se revelam, aguarda serenamente que quem tem a responsabilidade de decidir tome as medidas que a vigilância permanente e de proximidade necessariamente implica.

Foi à Venda Nova explicar tudo à população, sabendo de antemão que jamais aceitariam a verdade dos factos.

E realçou, para que não restem dúvidas, que não está em causa retirar o que quer que seja porquanto há mais de quatro anos que o posto da GNR da Venda Nova ali deixou de existir.

Falou dos indicadores de saúde que a deputada Fátima Crespo apresentou e disse que era bom que os jovens começassem a tomar consciência disso mesmo e que faz falta andar ao ar livre e praticar desporto.

Disse que as contas da autarquia são do domínio público e auditadas. A estrada vai seguir o traçado antigo e está-se a estudar o lançamento de um concurso com pré-qualificação e cedência de créditos dos candidatos onde a pujança económica esteja garantida para que se possa avançar com a obra, facilitando a vida à Câmara. Sete milhões de euros era o custo previsto da estrada daqui a Chaves. O custo previsto para a intervenção que se vai fazer e que parte do Bairro do Crasto, com repavimentação e pintura, andar à volta dos três milhões de euros.

Sobre o loteamento do Barbudo, disse que não há problema de incêndio, mas dá mau aspeto à Vila, mas é com esta realidade que temos que nos habituar a viver. Um dia irá ser trazido a esta assembleia o montante gasto com a limpeza de bermas e com a limpeza de ruas de Montalegre.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Domingos Vasconcelos e Nuno Pereira.

O deputado Domingos Vasconcelos disse que o Presidente da Câmara não pode estar em todo o lado. Não se referia às estradas municipais. Quanto às aldeias, era preciso um beneficiário do RSI para ajudar nas limpezas.

O deputado Nuno Pereira disse que o Senhor Presidente acabou por não falar cabalmente da questão da saúde. Denunciou, ainda a existência de alguma hipocrisia, pois às vezes pensamos uma coisa, dizemos outra e fazemos outra. E nos discursos políticos acontece isso muitas vezes. O Senhor Presidente falou das intervenções na comunicação social local e muitos dos intervenientes da vida autárquica fazem da autarquia um trampolim para outros voos e depois falta-lhes a honestidade e sinceridade para abarcar com clareza e com coragem os problemas com que nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

deparamos. É incómodo ver alguém que em determinados dias da semana acusa as Câmaras de ladrões e que levam o País à ruína. E depois os restantes dias vêm para aqui pedir dinheiro.

Falou de questões relacionadas com o estado do serviço nacional de saúde e disse que quem beneficiar, por exemplo, da ADSE, se for fazer uma consulta médica a um hospital privado paga 3,99 euros e se for a um público tem que pagar 5 euros. Tem que se acabar com a incongruência que se tem visto.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 - Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso, Nuno Pereira e Acácio Gonçalves.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Quando o Sr. Presidente disse (na resposta ao meu colega Deputado Domingos Vasconcelos) que “temos que nos habituar a andar em estradas esburacadas e passeios e bermas cheios de erva”, finalmente compreendi o significado da expressão que usou na receção ao Secretário de Estado da Administração Local, no dia do Município, “troçamos na qualidade de vida”.

Vê-se que há um esforço, que é louvável, em diminuir as despesas com a recolha de resíduos sólidos. De tal forma que a nova empresa contratada para efetuar este serviço, encerrou o Ecocentro do Baldoso, perto de Codeçoso. Acontece que as pessoas estavam habituadas a deixar ali algum lixo de grande volume e, com alguma falta de educação, continuam a fazê-lo à porta, o que dá um péssimo aspeto e é um mau cartão-de-visita. Assim, considero que se devia fazer um esforço para abrir aquele centro de recolha, pelo menos, uma vez por semana, colocando o horário na porta para que os cidadãos fiquem estejamos informados.

Louvo o empenhamento da Câmara em apostar na cultura através do apoio à publicação de livros de autores locais. No entanto acho que se devia criar um regulamento, que incluísse um júri de reconhecido mérito, para que houvesse mais critério e exigência nos apoios e que fosse justo e democrático para com todos os autores. Por exemplo, criando escalões de apoio em função do interesse e relevância para o nosso Concelho. Assinado o deputado Pedro Barroso.”

O deputado Nuno Pereira disse que grande parte dos eventos e das atividades desenvolvidas pela autarquia não têm muita divulgação e promoção, como é o caso das Carrilheiras do Barroso. Disse ainda que a criação do regulamento para apoio à publicação de livros, podia constituir uma censura prévia à sua edição.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Acácio Gonçalves disse que lhe mandar os documentos por mail, mas continuam ilegíveis.

Disse que no mês de junho vê que estavam previstos para estudos, planos, projetos e levantamentos topográficos 300 e tal mil euros e a rubrica teve que ser aumentada para 400 mil euros. Disse que gostava que o Senhor Presidente da Câmara explicasse o porquê desse aumento, pois obras não se veem em andamento.

Disse que a vila de Montalegre parece uma vila das trevas. Pede que, pelo menos, haja luz para iluminar a vila. Salto tem mais iluminação.

Disse que o saneamento da Vila da Ponte está a 50%, Solveira a 75%, Meixide, Morgade e Negrões nem lhe tocaram. A fossa de Salto está bem avançada. Passa-se o tempo e não se vê obra.

Disse que o ecoponto devia ter um funcionário permanente. É uma vergonha pois o lixo fica à porta.

Disse que a estação de camionagem continua abandonada e, de inverno, inundada.

Sobre o quartel da GNR da Venda Nova disse que é um túnel sem saída. Os comandos militares têm que justificar o porque das tomadas de decisões, porque é que não pode estar na Venda Nova e pode ir para Salto. Estratégica e territorialmente, na Venda Nova estava mais bem localizado.

O Senhor Presidente da Câmara disse que há pessoas que não vão em futebóis mas gostam de dar futebol aos outros.

O deputado Pedro Barroso espalha-se e isso acontece a quem quer ir a todas.

Sobre o ecocentro disse que estão em negociações há mais de meio ano para se comprar o espaço. Fecharam porque não dá lucro, mas cabe à população fazer com que dê despositando ali o papel que espalham por todo o lado, assim como os ditos monstros.

Tropeçamos na qualidade de vida e isso é insofismável.

Acerca da política de apoio à edição de livros cheira a sermão encomendado. Disse que os livros lançados e apoiados pela autarquia são de qualidade e não é verdade que se compra a uns e a outros nada.

Disse que quem trabalha no ginásio também tem direito a um serão em família. Sem projetos não há investimento. São essenciais. Sem planos não há desenvolvimento sustentável. É bom que haja projetos.

Disse que o facto de se continuar a afirmar que só se gasta dinheiro em Salto, como alguns fazem, é uma obsessão, fica mal. São essas mesmas pessoas que também não querem que o quartel da GNR vá para lá. Disse que o deputado Acácio Gonçalves, como cidadão de Montalegre, tem o direito de se dirigir ao comando da GNR, pedir esclarecimentos e insistir para que fique na Venda Nova como quer.

Sobre a central de camionagem, disse que já existe projeto mas só se avança se for participada pelos fundos europeus. O que de todo não se vislumbra.

Sobre a escuridão da vila, disse que esta pode ser sentida de várias maneiras. A contenção não é feita por decreto e ainda não acabou. A Câmara Municipal de Montalegre gasta 500 mil euros só em iluminação pública e a política a seguir terá de ser a da contenção e redução da despesa.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.2 – 2ª Revisão aos documentos previsionais – ano financeiro 2015;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.3 – Relatório e Contas Consolidadas ano 2014;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves, Nuno Pereira e Ana Isabel Dias.

O deputado Acácio Gonçalves disse que tem muitas dúvidas se legalmente a EHATB pode financiar as Câmaras e os seus eventos pois não está no âmbito do seu exercício. Ninguém pode utilizar uma empresa intermunicipal para financiar eventos culturais, tendo como objetivo principal a produção de energia. Disse que a empresa utiliza aspetos secundários para favorecimentos de todas as seis autarquias. São todos coniventes porque o voto é dos seis. Como um conselho acionista, a EHATB deveria injetar dinheiro nas autarquias, no final de cada exercício e as Câmaras deviam exercer o direito de administração, com a aprovação da assembleia municipal.

O deputado Nuno Pereira disse que quando se fala em ilegalidades devem ser responsabilizados e serem comunicadas ao Ministério Público.

A deputada Ana Isabel Dias disse o deputado Acácio Gonçalves deveria ler o regulamento que rege a EHATB pois na página 3 diz o seguinte: " Em resultado da adaptação da mencionada lei da denominação da empresa passou para EHATB – Empreendedorismo Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA, passou a ter o seguinte objeto social: produção de energia elétrica, promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, renovação e reabilitação urbana e gestão de património edificado, promoção e gestão imóvel de habitação social, promoção do desenvolvimento urbano e rural do âmbito intermunicipal, a sociedade pode ainda exercer a atividade ..."

O deputado Acácio Gonçalves inscreveu-se para segunda intervenção.

O deputado Acácio Gonçalves pôs a questão como sendo pessoal. Falou da atividade principal e não na secundária. Disse que a empresa teve problemas com as finanças pois estava tida como privada, mas corrigiram o erro e passaram-na para empresa intermunicipal. Mas ele continua a dizer que quem deve gerir essas verbas é a Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia disse que, no seu tempo de Presidente de Câmara, a EHATB foi notificada em mais de 200 mil euros. Havia técnicos das finanças que tinham dúvidas mas estas foram esclarecidas e esse dinheiro foi devolvido. Hoje, não há dúvidas que a EHATB não tem como objetivo social a produção de energia. Disse que todos os concelhos do Alto Tâmega têm muita sorte em ter uma empresa que lhes pode dar muito dinheiro, em vez de o dar ao Governo.

O Senhor Presidente da Câmara disse que a empresa EHATB não tem a produção de energia elétrica como objetivo principal. O desenvolvimento local é o seu primeiro objetivo e as suas contas são auditadas pelo Tribunal de Contas, à semelhança de todas as autarquias.

Deliberação: Aprovada por maioria com uma abstenção do deputado Acácio Gonçalves

4.4– Proposta de atribuição de apoio financeiro à União das Freguesias de Cambezes do Rio, Donões e Mourilhe, destinado a compartilhar encargos com a reconstrução de uma casa mortuária no lugar de Mourilhe;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues

O 1º Secretário

Manuel Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas